

Handwritten signature and initials

DATA DA REUNIÃO: NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE.-----
LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----
PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----
PRESENCAS E FALTAS:-----
PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----
VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----
HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----

[Handwritten signature]

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

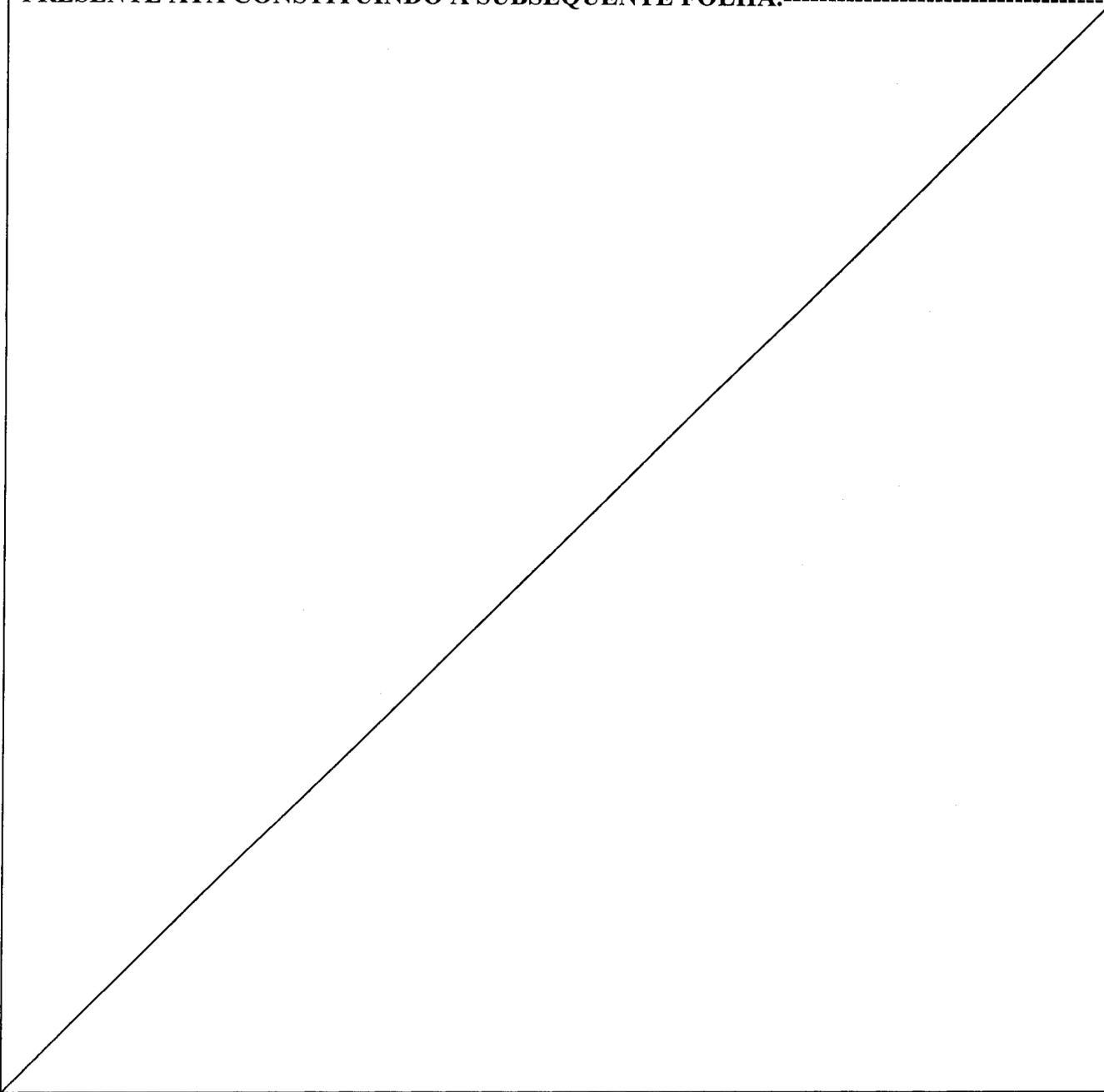
[Large diagonal line crossing the page, likely indicating a signature or cancellation]



A handwritten signature in the top right corner of the page.

A second handwritten signature in the right margin of the page.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

EXTRAORDINARIA
REUNIÃO ORDINARIA DE 9/DEZEMBRO/2011 – ATA Nº 23

ORDEM DO DIA

- 1 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2012
- 2 – Autorizações Relativas à Execução do Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal para o ano de 2012
- 3 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2012
- 4 – Serviço Público de Abastecimento de água no concelho de Santo Tirso: Atualização do tarifário para o ano de 2012
- 5 – Outros subsídios

Santo Tirso, 05 de dezembro de 2011

Presidente,

4
A
h



1. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPAS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2012.-----

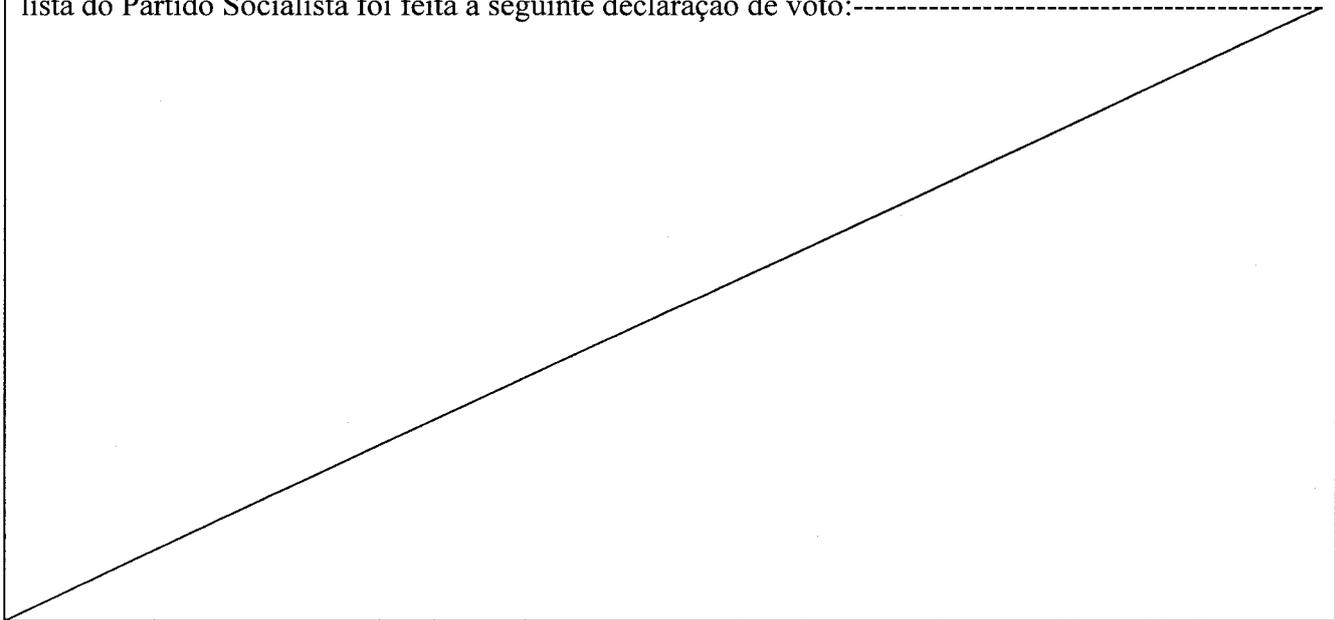
Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por sessenta e seis folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3 da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal para o ano de dois mil e doze foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----



DECLARAÇÃO DE VOTO DOS EDIS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA NA VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012

6

As Grandes Opções do Plano são o mais importante documento de suporte à gestão municipal. Por isso a sua elaboração e aprovação constitui um dos processos e momento mais importantes na vida do município.

A aprovação das GOP para o ano de 2012 tiveram em conta:

- O contexto sócio económico português e mundial, que exige uma gestão cautelosa, de elevado rigor;
- Os municípios como as entidades públicas que proporcionalmente mais contribuem para o esforço de consolidação orçamental do país;
- As medidas restritivas impostas aos municípios, expressas na diminuição das transferências do Orçamento de Estado e o corte previsto nas receitas próprias dos municípios;
- Os compromissos assumidos na execução do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), do qual os municípios têm sido e continuarão a ser os melhores executores;
- O quadro cada vez mais alargado de responsabilidades e competências municipais;
- Os compromissos assumidos, enquadrados pelos instrumentos de planeamento nacionais, regionais, intermunicipais e municipais, expressos nos contratos e protocolos subscritos ou em fase avançada de contratualização;
- As vontades expressas pelas Juntas de Freguesia que, como habitualmente, foram ouvidas, em fase da elaboração das GOP.

O Orçamento que aprovamos caracteriza-se por prever:

- Um elevado controlo da despesa nas dotações previstas que constituirão o limite máximo, o qual através da gestão rigorosa a praticar, tenderá ainda a baixar;
- Uma diminuição acentuada, da ordem dos 2,5 milhões de euros, relativamente aos anos anteriores, nas rubricas de despesa corrente de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços;
- Um maior volume de amortizações dos empréstimos;
- Um aumento global das transferências a efetuar a favor de entidades externas;
- Um menor recurso a crédito bancário.

Neste contexto, as ações previstas no PPI (Plano Plurianual de Investimento) ultrapassam os 28, 534 milhões de euros, demonstrando uma ambição, que só é possível porque o município possui uma situação financeira equilibrada, resultante de uma prática de gestão realista e prudente.

Apesar das especiais dificuldades, foi possível construir um Orçamento para 2012 que apresenta Despesas Correntes em montante inferior ao das Receitas

Correntes, mantendo-se o desejável equilíbrio que as contas finais vêm confirmando, o que significa ainda que, parte das Despesas de Capital virão a ser financiadas pelas Receitas Correntes poupadas.

Em conclusão:

Os edis eleitos enquanto inscritos no Partido Socialista votam favoravelmente os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 na certeza de que este é um voto favorável à gestão criteriosa, mas com ambição, ao rigor e à responsabilidade, em suma um voto favorável ao desenvolvimento sustentável do município de Santo Tirso.

Santo Tirso, 2011-12-09

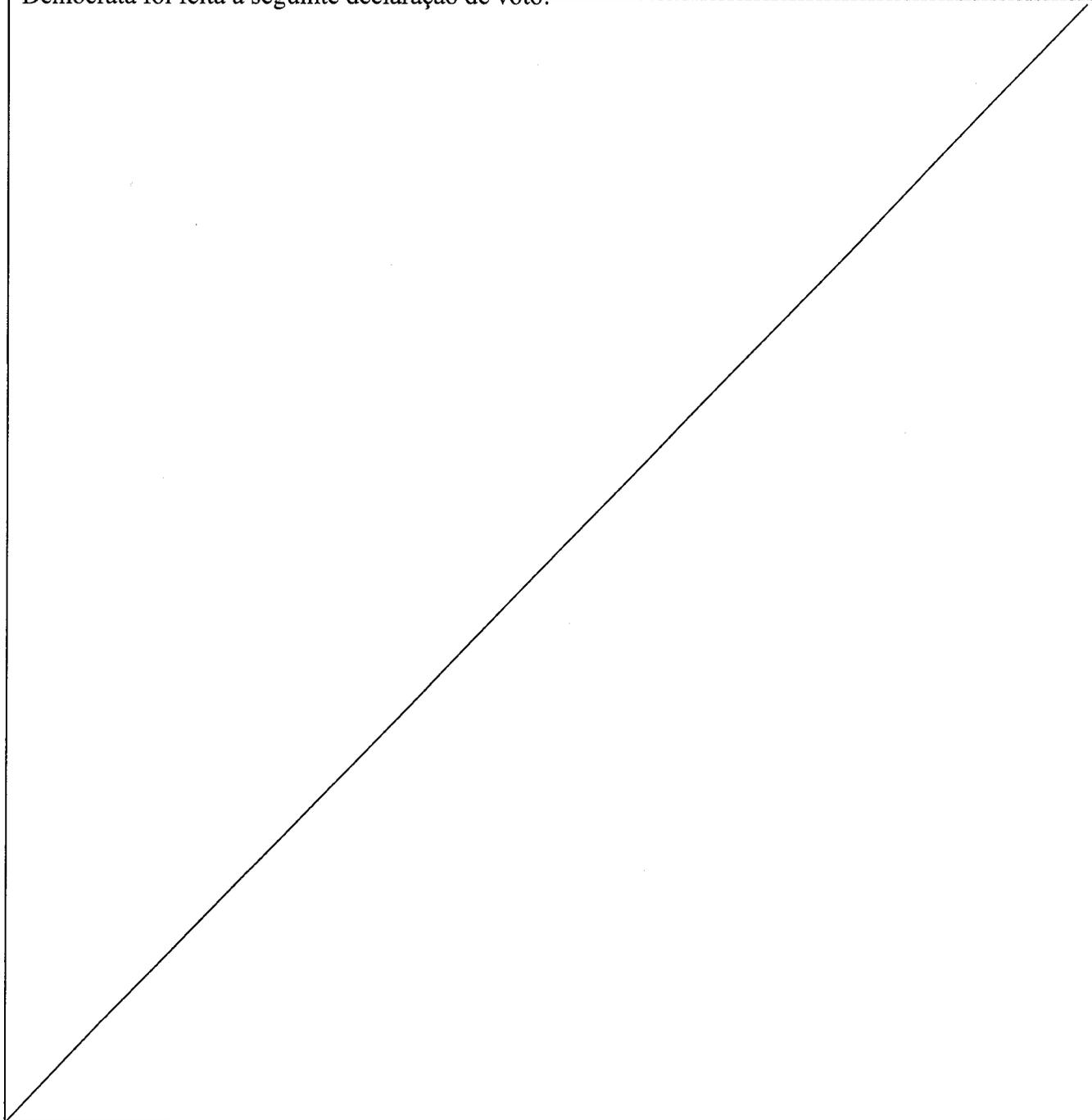
7
A
S



A

67

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----



REUNIÃO DE CÂMARA - 9 DE DEZEMBRO DE 2011

Ponto 1 da Ordem do Dia

9
A
F
M
J
K

Apesar dos sucessivos alertas do PSD, o documento rotulado de Grandes Opções do Plano e Orçamento, não é mais do que uma compilação de intenções, algumas das quais, a execução depende de terceiros.

Na introdução ao documento em discussão podem ver-se referências a um conjunto de planos, é caso para dizer: existem planos a mais, e obra a menos.

Na mesma introdução V/ Exas. referem, e permitimo-nos citá-los "Tendo-se agravado a situação económica e social a nível europeu e nacional, com o conseqüente impacto a nível municipal, a previsão neste plano pressupõe o necessário reforço da ponderação, contenção e controlo das despesas." fim de citação.

Lamentavelmente V/ Exas. não são conseqüentes com o que escrevem:

- A título de exemplo, refira-se a rubrica referente à PUBLICIDADE para o ano de 2012 que ascende a 160.000 €, contra os já elevados 76.242 € gastos em 2010. Estamos a falar de despesas completamente inúteis, que não acarretam mais-valias para as populações e que, na sua maioria, apenas servem para fazer propaganda.

- Também a inscrição de quase 100.000 € para DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, provam a falta de ponderação, contenção e controlo das despesas supérfluas.

Mais adiante V/ Exas. referem "procurou-se no entanto, através duma programação rigorosa e equilibrada, atender às intenções (V/ Exas. deveriam ter dito pretensões) expressas pelas juntas de freguesia. Apesar das restrições conhecidas, consideramos o resultado satisfatório já que pudemos ser concordantes com as suas mais importantes pretensões" fim de citação. De facto, V/ Exas., como aliás o fizeram nos anos anteriores, carregaram para o PPI as pretensões expressas pelas juntas de freguesia, mas fizeram-no de forma meramente formal e/ou administrativa, já que não têm nenhuma intenção de cumpri-las, como aliás aconteceu, para não recuar muito no tempo, nos dois últimos anos. Na verdade, algumas juntas de freguesia, cujos presidentes em sede de Assembleia Municipal votaram favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2010 e 2011, e fizeram-no convencidos que as suas aspirações, se não fossem todas, pelo menos algumas seriam atendidas, viram totalmente e sem qualquer explicação, frustradas as pretensões das populações que legitimamente representam.

E isto acontece por várias ordens de razão:

V/ Exas. não têm, nem nunca tiveram, qualquer estratégia para a coesão territorial e social do concelho;

V/ Exas. não têm, nem querem ter, uma visão global do concelho;

V/ Exas discriminam e ignoram zonas do território, estimulando políticas sectárias e de terra queimada, com o propósito de penalizar e castigar as populações, pelas legítimas opções que fizeram, na escolha dos seus representantes de freguesia.

Além disso,

O documento em apreço, evidência de forma angustiante a falta de ideias, de ambição, ousadia e de objectivos, que promovam o real desenvolvimento do Concelho e o perspectivem no futuro.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento, enquanto instrumento referenciador das grandes linhas de intervenção e da macro política autárquica, constituem um vazio, desprovido de equidade e sem horizontes temporais. Permitimo-nos citar Alfredo de Sousa a este propósito "O tempo é um dos nossos quadros de saber e de acção. As estruturas culturais em que nos inserimos condicionam a percepção e a interpretação do tempo, isto é, a formação do horizonte temporal e, portanto, as opções sobre alternativas presentes que envolvem acções futuríveis" fim de citação.

E tem sido a incapacidade de V/ Exas. em olhar o tempo, num quadro de saber e de acção, que têm "empurrado" as famílias e principalmente os jovens casais para os concelhos vizinhos, concelhos que ao contrário de Santo Tirso, registaram acréscimos significativos de população, como ficou provado nos últimos censos:

A
T
M
O
S

E tem sido a incapacidade de V/ Exas. em olhar o tempo, num quadro de saber e de acção, que tem contribuído para que Santo Tirso esteja entre os concelhos que regista as mais elevadas taxas de desemprego;

E tem sido a incapacidade de V/ Exas. em olhar o tempo, num quadro de saber e de acção, que tem contribuído para agravar os custos de contexto que desviam o investimento e investidores para os concelhos vizinhos;

E tem sido a incapacidade de V/ Exas em olhar o tempo, num quadro de saber e de acção, que tem contribuído para que Santo Tirso esteja entre os concelhos com menor poder de compra *per capita*, e que continua a alienar a auto-estima das populações.

O documento em discussão é a evidência de um projecto de quase 30 anos, esgotado e em falência técnica há muitos anos, anos demais, diríamos mesmo.

Por tudo isto, e por muito mais que poderia ser dito, ao PSD não restava outra alternativa que não fosse votar contra.

Santo Tirso, 09 de Dezembro de 2011.



Handwritten signature, possibly reading "Culoris".



Handwritten signature, possibly reading "Alto".



A

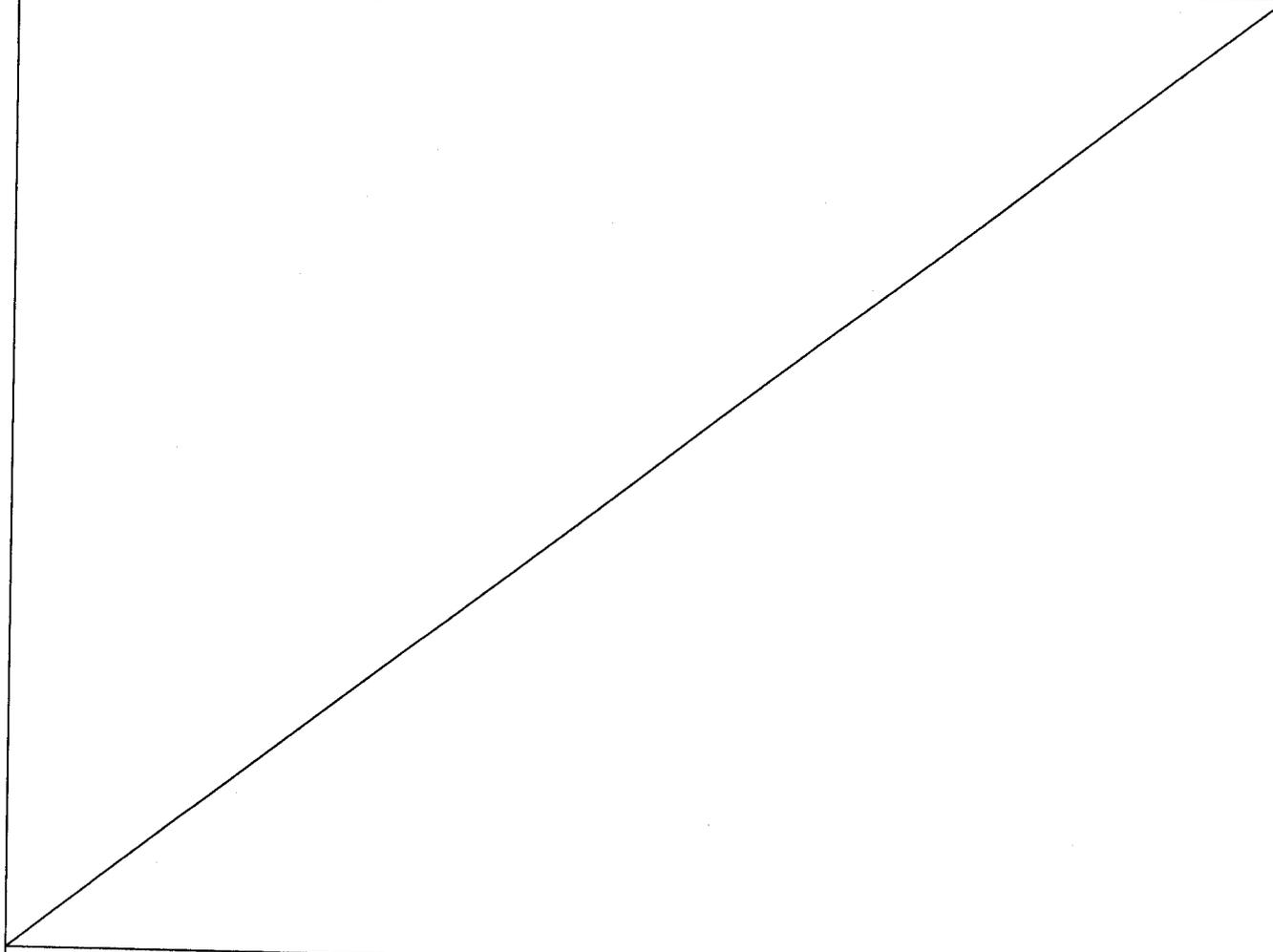
Handwritten signature

2. AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2012.-----

Presente para apreciação e votação uma proposta de pedido de autorizações à assembleia municipal para execução do Plano Plurianual de Investimentos no ano de 2012, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O senhor presidente solicitou que a câmara municipal aprovasse a referida proposta e a remetesse à assembleia municipal para aprovação, juntamente com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de 2012.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2012

Proponho que:

A Câmara delibere aditar ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 as seguintes pretensões a apresentar à Assembleia Municipal, com o pedido de que sejam votadas na mesma sessão de aprovação dos instrumentos de gestão, a exemplo dos procedimentos seguidos nos últimos anos:

1. Autorização para delegar competências nas Juntas de Freguesia, quando disso se presume benefício para o interesse comum e nos termos do artº 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;
2. Autorizar a contratação de empréstimos a curto prazo, a contrair quer pela Câmara Municipal de Santo Tirso quer pela Associação de Municípios do Vale do Ave e para o período de vigência do orçamento, nos termos do nº 7 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e desde que cumpridos os requisitos legais.
3. Autorização para a câmara municipal proceder à abertura de procedimentos que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços, desde que a respetiva aquisição já esteja prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2012, mas no decurso dos respetivos procedimentos se venha a concluir que as respetivas despesas darão lugar a encargos económicos no(s) ano(s) subsequente(s).

Santo Tirso e Paços do Concelho, 05 de Dezembro de 2011

O Presidente,

Castro Fernandes



3. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2012.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à presente ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por quarenta e duas folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3 da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de dois mil e doze foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

REUNIÃO DE CÂMARA - 09 DE DEZEMBRO DE 2011

Ponto 3 da Ordem do Dia

As Grandes Opções do Plano e Orçamento do SMAES que acabamos de discutir são virtuais.

De facto, na reunião de Câmara de 21 de Setembro, a propósito do plano de contenção e austeridade apresentado pelo PSD para vigorar em 2012, o senhor presidente da câmara referiu o seguinte: "Muitas medidas agora propostas como a questão dos SMAES revelam ignorância de que, nos termos do aprovado na assembleia municipal, se realizará a fusão dos SMAES com a Câmara Municipal". Fim de citação.

Ficamos todos convencidos de que por força do esvaziamento de competências dos SMAES, que concessionou a exploração da água à Indáqua e o saneamento à sociedade Águas do Noroeste, SA, já em 2012, aquela estrutura autónoma deixaria de existir.

Afinal, e ao contrário do que afirmou o senhor presidente da câmara, a fusão anunciada parece não ter acontecido. Também não se verificou a transferência de pessoal afecta aos SMAES para a sociedade Águas do Noroeste, SA.

Apesar de desprovido de competências, estranhamente, o SMAES mantém para 2012 o mesmo número de trabalhadores, e prevê gastar com pessoal cerca de 340.000 €, e ainda mais estranho é o facto de prever aumento nas despesas de representação, nas comunicações e nos combustíveis e

A
A
MR
J
J

lubrificantes, comparando com os valores que constam na prestação de contas de 2010.

Consultado o PPI verifica-se que o SMAES se vai limitar a gerir investimentos na rede de águas residuais, cujo valor, ronda cerca de 549.000 €, a correr bem, claro está!

Não se vislumbra qualquer estratégia, para retirar o concelho de Santo Tirso do atraso que ainda regista ao nível das infraestruturas de saneamento e da rede pública de água;

Este documento, é porventura o mais inócuo dos últimos anos, já que não se percebe o que efectivamente vai acontecer em 2012, quer no que respeita à rede pública de água, quer mesmo em matéria de saneamento.

Na vertente das Grandes Opções do Plano, o documento em discussão reporta praticamente toda a sua actividade a entidades terceiras, sem no entanto a quantificar.

Ou seja, são os outros que continuarão a marcar o ritmo da política ambiental em Santo Tirso.

Não foram criadas as necessárias condições para que este documento pudesse contar com o voto de confiança do PSD.

Por tudo isto, o PSD só poderia votar contra.

Santo Tirso, 09 de Dezembro de 2011





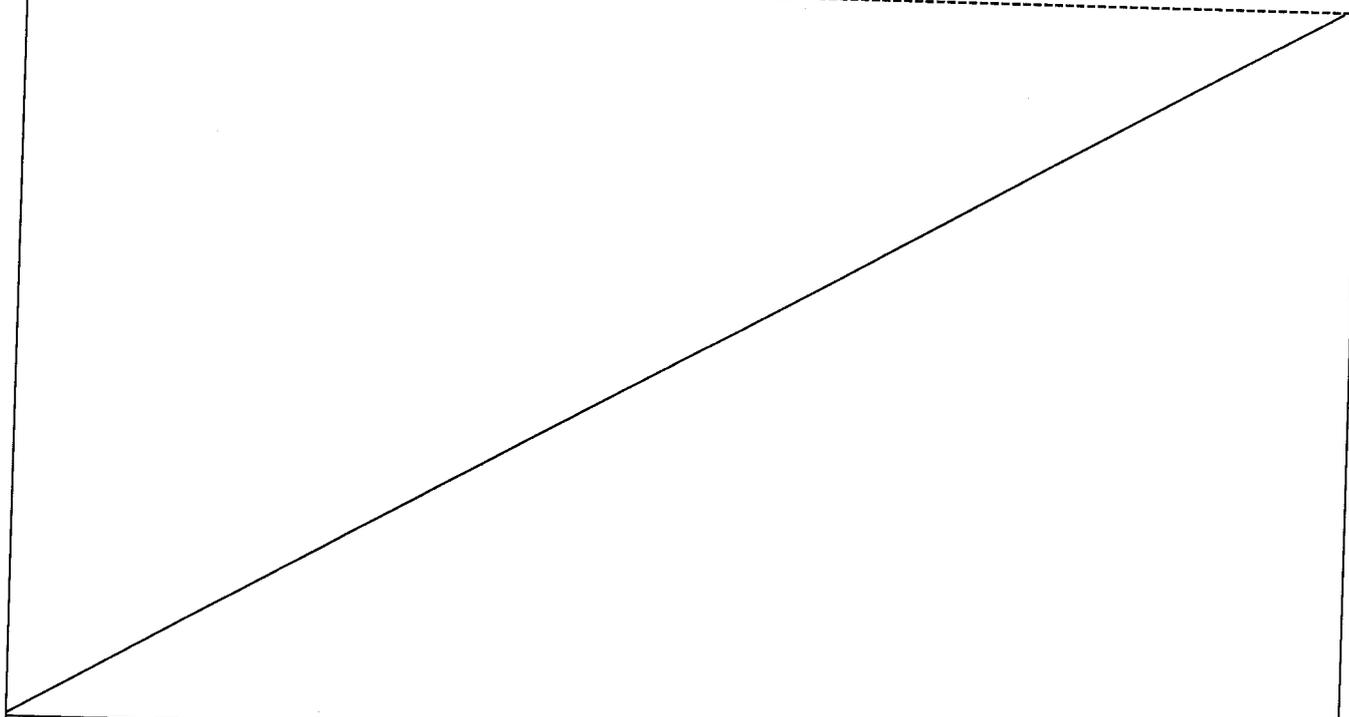
A

S

Seguidamente, pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta tendo em conta que, para já, se mantém a situação dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento até que se concretizem os processos já protocolados com a Águas de Portugal, SA com vista à criação da Águas da Região do Noroeste, que prevê a assunção por esta de alguns dos serviços nomeadamente o saneamento.-----

Todo o processo futuro de fusão entre os Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento e a Câmara Municipal, objetivo proposto no atual Programa de Governo, só poderá ser concretizado com a estabilização no setor da água, que aguardamos, até porque foi recentemente nomeado o novo Presidente da Águas de Portugal, S.A. e aguarda-se a todo o momento a publicação de legislação com vista à reestruturação do setor. Entretanto, e como é sabido, o Programa de Governo previa já para dois mil e doze um conjunto de medidas, em relação ao setor da água, que poderão já não ser concretizadas no próximo ano mas, não inviabilizarão os documentos protocolados com todas as Câmaras Municipais que os subscreveram até porque não foram rescindidos unilateralmente”.-----





A

5

4. SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE SANTO TIRSO: ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO PARA O ANO DE 2012.-----

Presente ofício de dois do corrente mês de dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o numero doze mil oitocentos e oitenta e quatro, a remeter cópia da deliberação do Conselho de Administração de dois do corrente mês de dezembro, a propor a aprovação do novo tarifário do serviço de abastecimento de água para o ano de dois mil e doze.-----

O referido ofício vem acompanhado de informação técnica da diretora delegada daqueles serviços, de trinta de novembro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, da qual consta que o novo tarifário enviado pela concessionária do serviço, Indagua Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., por ofício de catorze de novembro findo, registado com o número doze mil trezentos e setenta e sete, está de harmonia com a fórmula de atualização prevista no anexo referido no n.º 1 da cláusula 29ª do Contrato de Concessão, na redação introduzida pela alteração ao contrato efetuada por escritura celebrada no dia um de julho último.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o tarifário para dois mil e doze, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor e três votos contra.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra o aumento das tarifas da água para o ano de dois mil e doze, por várias ordens de razão.-----

Trata-se de um aumento brutal, com percentagens que oscilam entre os 16% e os 18% e por isso são completamente inoportáveis para as populações de Santo Tirso que ainda recentemente, ou seja, há cerca de seis meses, foram confrontadas com um aumento cuja percentagem foi também muito elevada. Era expectável que neste quadro de fortes sacrifícios pelos quais passam os portugueses, e particularmente as populações de Santo Tirso, cujo rendimento per



capita ronda os 80% (oitenta por cento) da média nacional, não fossem castigados com este agravamento daquele que é um bem essencial e cujos custos algumas famílias, por ventura muitas famílias, não conseguirão comportar. Além disso consideramos estranho que tendo sido aprovado na assembleia municipal de vinte e oito de junho de dois mil e onze as alterações ao regulamento do serviço público municipal de abastecimento de água nos concelhos de Santo Tirso e Trofa, que cumulativamente aprovava um calendário de atualização até dois mil e quinze, que os valores carreados para esse calendário para o ano de dois mil e doze sejam inferiores àqueles que agora se propõem”.

Seguidamente pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente o novo tarifário nos termos do informado tendo em conta os documentos aprovados na assembleia municipal relativos ao protocolo de concessão.-----

Ainda recentemente foram publicados os valores médios do custo de água na região e Santo Tirso e um dos concelhos com mais baixo custo.-----

Recorde-se ainda que é política do atual governo, aproximar os valores do preço da água do custo efetivo, pelo que tem sido dito pelo governo que o preço da água tem de aumentar para valores reais. São mesmo conhecidas as reações de muitas regiões do país para os aumentos propostos que chegam aos 6 € (seis euros) por metro cúbico. E também é conhecido que o ex-Presidente da Águas de Portugal S.A. divulgou o total das dívidas dos municípios que ronda os 400 milhões de euros. Ora Santo Tirso não tem dívidas, no setor da água, à AdP, S.A.”-----

TARIFÁRIO PARA 2012

a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2012

INDAQUA
SANTO TIRSO I TROFA

TARIFAS FIXAS (/30 dias) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)	diâmetro (mm)	euros/30 dias
Utilizadores Domésticos	Diâmetro até 25 mm (≤ 25 mm)	7,3455
	Diâmetro entre 25 e 30 mm (> 25 e ≤ 30 mm)	29,6376
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e ≤ 50 mm)	59,2753
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e ≤ 100 mm)	81,6951
Utilizadores não Domésticos*	Diâmetro até 20 mm (≤ 20 mm)	8,8892
	Diâmetro entre 20 e 30 mm (> 20 e ≤ 30 mm)	29,6376
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e ≤ 50 mm)	59,2753
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e ≤ 100 mm)	81,6951
	Diâmetro entre 100 e 300 mm (> 100 e ≤ 300 mm)	118,5399
	Diâmetro acima de 300 mm (> 300 mm)	237,0798

TARIFAS VARIÁVEIS (/m³) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)	Escalões (m ³ /30 dias)	euros/m ³
Utilizadores Domésticos	1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,8781
	2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,3848
	3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,7155
	4º Escalão - superior a 25 m ³	3,7599
	Escalão Único	2,7155
Utilizadores não domésticos	Escalão Único	1,2102
	1º Escalão - 0 a 1.500 m ³	2,7155
Autarquias e Instituições	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m ³	1,2102
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m ³	0,9728
Grandes Utilizadores	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m ³	0,7876
	5º Escalão - superior a 30.000 m ³	a definir caso a caso

TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)	euros
Encargos com aviso de corte	1,62
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)	3,45
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador	59,28
Suspensão da ligação a pedido do utilizador	41,49
Verificação do contador a pedido do utilizador	59,28
Ligação para fornecimentos provisórios	mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador	47,42
Leitura extraordinária a pedido do utilizador	11,86
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer	94,83
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização	77,05
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador	118,54
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)	4,2157
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)	mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)	gratuito

RAMAIS DOMICILIÁRIOS (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)	euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional	59,2753
Ramais da responsabilidade de terceiros	mediante orçamento
Alteração de ramal	mediante orçamento

CAUÇÕES (Valores isentos de IVA)	euros
Caução para religação após incumprimento **	4 x Cmm***
Caução para utilizadores não domésticos	159,69
Caução para ligações provisórias	266,14

* inclui Autarquias e Instituições

** apenas em caso de reestabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

*** Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses

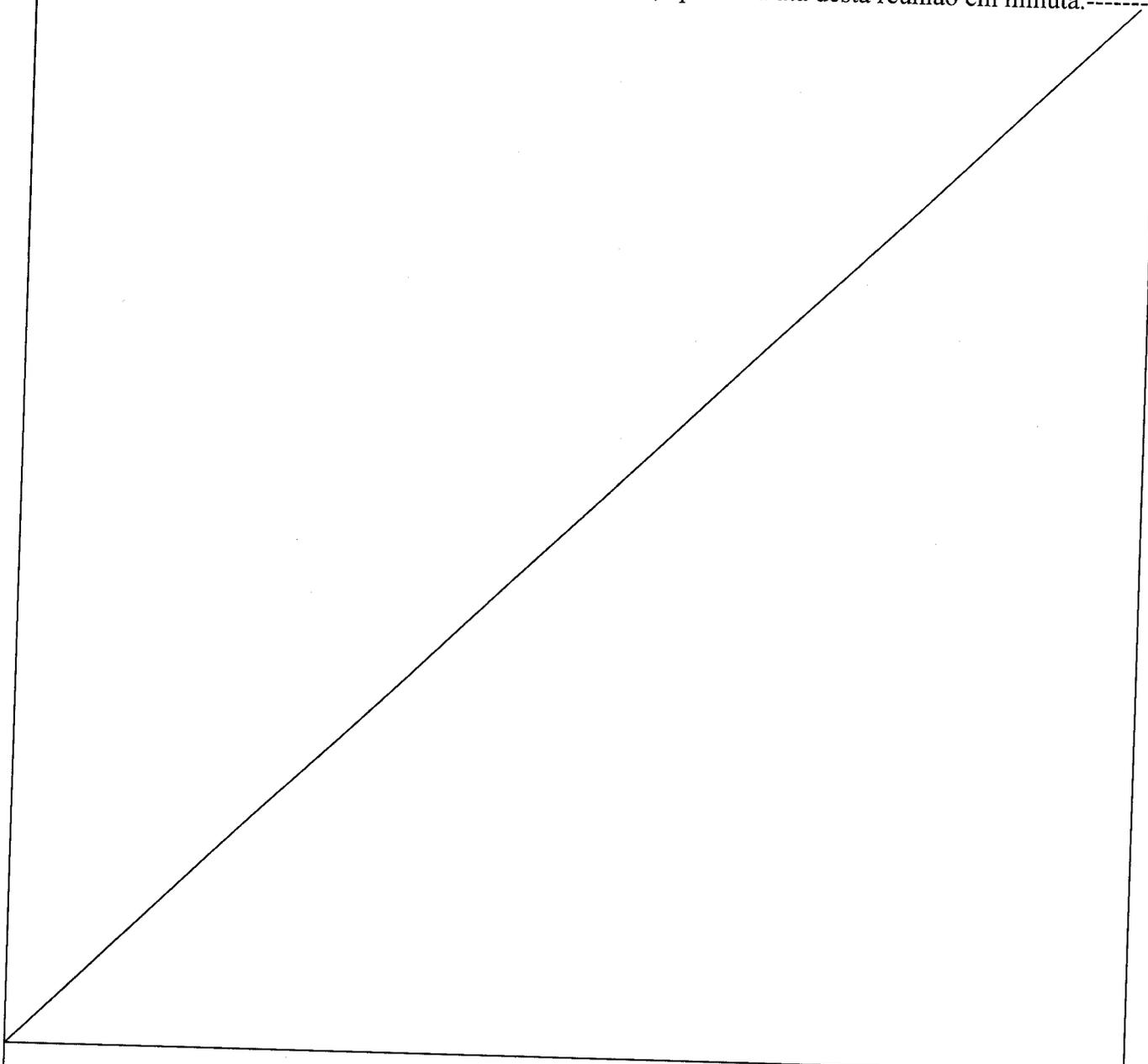
FL
14.11.2011



A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the upper right corner of the page.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e dez minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem vinte e três folhas, apenas utilizadas no anverso e dois documentos anexos, Anexos I respeitante ao item um e Anexo II respeitante ao item

três, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 15/12/2011, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Carroça da respetiva minuta).-----

A Secretária,